

## **Fazer o Bem**

**THAINÁ BEATRIZ SOARES DA SILVA**

**PAOLA SCHMITT FIGUEIRÓ**  
UNIVERSIDADE FEEVALE (FEEVALE)

## **Fazer o Bem "Olhando Para Quem": A Inovação Social em Projetos de Extensão Universitária**

### **1. Introdução**

A extensão universitária é um dos pilares das Instituições de Ensino Superior (IES), ao lado do ensino e da pesquisa, e tem um papel essencial na aproximação entre universidade e sociedade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a extensão integra o ensino superior ao criar uma interação transformadora entre o conhecimento acadêmico e as necessidades da comunidade (Brasil, 1996). Trata-se de um componente educativo, cultural e científico que busca gerar benefícios para ambos os lados.

No Brasil, a extensão universitária teve suas origens no movimento de reforma universitária da década 1960, que buscava democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer a responsabilidade social das IES. Desde então, suas ações se espalharam por áreas como saúde, educação, sustentabilidade e inclusão social (Aroni, 2017). A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) reforça a necessidade de integrar ensino, pesquisa e extensão, orientando as instituições a promoverem a formação cidadã dos estudantes e o desenvolvimento social. Para Koglin e Koglin (2019), a extensão se consolidou como um importante instrumento de transformação social no Brasil, especialmente com o apoio de políticas públicas como o PROEXT, que ajudaram a ampliar o acesso ao conhecimento e a reduzir desigualdades.

Nesse contexto, a inovação social surge como uma estratégia complementar e sinérgica à extensão universitária, ao propor soluções criativas e colaborativas para os desafios sociais contemporâneos. Ambas compartilham a valorização do território, do diálogo entre saberes e da participação ativa de diferentes atores sociais. Para Pazetto et al. (2022), a inovação social está relacionada ao desenvolvimento sustentável, à inclusão, à equidade e a garantia de direitos, sendo composta por quatro categorias centrais: inovatividade, motivação social, construção coletiva e potencial transformador. Essas categorias mostram seu caráter plural e transversal, exigindo a articulação entre saberes acadêmicos, saberes populares e ações práticas.

A inovação social possui uma natureza multifacetada e depende de abordagens colaborativas e participativas, nas quais comunidades, poder público, setor privado e universidades atuam juntos para cocriar soluções aos contextos locais (Prim et al., 2020). Neste contexto, tem-se a importância de pensar a inovação social de forma prospectiva, identificando tendências e cenários que possam gerar mudanças estruturais e duradouras nas relações sociais (Andrade et al., 2021). Assim, a extensão universitária é um espaço importante para promover a inovação social, pois conecta o conhecimento acadêmico com o saber popular na construção conjunta de soluções para problemas sociais.

As IES comunitárias têm um papel de destaque nesse cenário, por atuarem diretamente no desenvolvimento local e na promoção do bem-estar social. A Universidade Feevale, foco deste estudo, elucida essa dinâmica ao integrar características de inovação social em seus projetos de extensão, buscando gerar impactos significativos na comunidade. Com projetos que abrangem diversas áreas do conhecimento, a universidade reforça sua missão de aplicar o saber acadêmico para transformar a realidade social, fortalecendo sua interação com a comunidade (Universidade Feevale, 2024).

Embora a relação entre extensão universitária e inovação social já seja reconhecida, como exemplo o estudo de Klaumann e Tatsch (2023), que analisou como ações de extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul podem impulsionar a inovação social, o estudo aponta para a necessidade de entender melhor as dinâmicas de co-criação e o engajamento comunitário nessas práticas. Isso evidencia a importância de pesquisas que explorem a interação entre os diferentes atores envolvidos nesses processos e os impactos gerados para além do espaço acadêmico.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar de que forma o projeto de extensão “Confeitaria e Panificação: Qualificação para o Mercado de Trabalho” apresenta relação com a inovação social, considerando as práticas e experiências de professores, alunos e comunidades envolvidas. O projeto trata-se de uma iniciativa de extensão universitária que visa a capacitação e o empoderamento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, indo além do ensino técnico de confeitaria e panificação ao desenvolver habilidades empreendedoras, estimular o protagonismo e fortalecer a autoestima dos participantes. Seu objetivo é prepará-los para o mercado formal de trabalho e para criar seus próprios meios de geração de renda, articulando educação técnica com valores de cidadania, autonomia e inclusão. Entre 2022 e 2024, o projeto beneficiou diretamente 245 pessoas, envolvendo também 4 professores e 54 alunos da universidade, além de parcerias com 17 instituições sociais e 2 empresas privadas.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, tendo como objetivo aprofundar a compreensão das percepções e experiências dos participantes em relação ao projeto. Os dados foram coletados por meio de 11 entrevistas semiestruturadas com docentes, discentes, coordenadores do projeto e membros da comunidade beneficiada, complementadas por análise de documentos institucionais. Para analisar os dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. As principais contribuições envolvem a sistematização de conhecimentos sobre a relação entre extensão universitária e inovação social, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à extensão como ferramenta de transformação social.

## **2. Fundamentação Teórica**

A inovação social surge para suprir as limitações da inovação tradicional, focando na resolução de problemas sociais em detrimento da criação de valor econômico (Mulgan, 2006). Ela envolve a criação e implementação de novas ideias, produtos, serviços ou modelos que atendem necessidades sociais, promovem novas relações e fortalecem a capacidade da sociedade de agir (Murray, Caulier e Mulgan, 2010). Phills, Deiglmeier e Miller (2008) destacam três características centrais: soluções inovadoras para necessidades sociais, criação de valor social e impacto que modifica sistemas existentes.

A inovação social busca enfrentar desafios como pobreza, exclusão e desigualdade, envolvendo a participação dos beneficiários para garantir soluções adaptadas às realidades locais e culturalmente apropriadas (Mulgan, 2006; Cajaiba-Santana, 2014). Além disso, essas inovações são projetadas para serem sustentáveis a longo prazo, tanto em termos econômicos quanto ambientais, promovendo a autonomia e a resiliência das comunidades (Cuntz, Foray e Mostovova, 2020).

Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, que frequentemente nasce de pequenas iniciativas com potencial de expansão e depende da colaboração entre diversos atores, como comunidades locais, ONGs, instituições acadêmicas, setor público e empresas privadas (Lettice e Parekh, 2010; Monteiro, 2019). Nesse contexto, vale destacar o papel das universidades e centros de pesquisa, que oferecem suporte por meio de projetos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e formação de profissionais capacitados para atuar no campo da inovação social (Nicholls e Murdock, 2012).

Já as empresas privadas podem contribuir com recursos financeiros, conhecimento técnico e infraestrutura para impulsionar essas iniciativas (Cajaiba-Santana, 2014), e os governos podem criar um ambiente favorável para a inovação social por meio da formulação de políticas que incentivem a inovação, a provisão de financiamento e o suporte regulatório (Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013).

A inovação social baseada em comunidade coloca a comunidade no centro do processo de criação e implementação de soluções para problemas sociais. Essa abordagem destaca a

importância de mobilizar e capacitar as próprias comunidades para resolver seus problemas, em vez de depender exclusivamente de intervenções externas. Este modelo, discutido por Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), valoriza o conhecimento local e a participação ativa dos membros da comunidade, reconhecendo que as soluções mais sustentáveis e eficazes muitas vezes surgem de dentro das próprias comunidades.

Além disso, o modelo dos ecossistemas de inovação social enfatiza a importância das redes colaborativas, em que governos, universidades, empresas, ONGs e comunidades compartilham recursos, conhecimentos e políticas para potencializar soluções (Cajaiba-Santana, 2014; Monteiro, 2019). No entanto, apesar de seu potencial transformador, a inovação social enfrenta importantes desafios. Um deles é a captação e manutenção de recursos financeiros de forma estável. Muitas iniciativas dependem de doações, subsídios públicos ou investimentos privados, mas a alta concorrência e a dificuldade em demonstrar claramente o impacto social complicam a atração de financiadores (Phills, Deiglmeier e Miller, 2008).

Outro obstáculo é a escalabilidade. Muitas iniciativas começam em pequena escala e mostram resultados promissores localmente, mas enfrentam dificuldades significativas ao tentar expandir seu alcance. Nicholls e Murdock (2012) argumentam que a escalabilidade requer não apenas recursos adicionais, mas também uma adaptação das estratégias e modelos operacionais para diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. A resistência cultural também é um desafio, pois pode dificultar o engajamento e o empoderamento das comunidades, especialmente em ambientes marcados pela desconfiança ou dependência. Investir em capacitação e criar espaços para participação coletiva são caminhos recomendados para superar esse desafio (Monteiro, 2019).

Diante desses pontos, a avaliação da inovação social torna-se fundamental para entender se e como essas iniciativas estão realmente transformando as comunidades e contribuindo para a resolução dos problemas que se propõem a enfrentar. Avaliar o impacto ajuda a legitimar ações, direcionar ajustes estratégicos e assegurar que os recursos investidos gerem valor social efetivo (Perrini et al., 2021).

Em síntese, a inovação social configura-se como um campo teórico e prático que amplia as possibilidades de compreensão e enfrentamento dos desafios sociais, indo além de soluções tradicionais ao integrar diferentes saberes e atores em processos colaborativos e contextualizados. No contexto universitário, sua aplicação por meio de projetos de extensão surge como uma estratégia relevante para promover mudanças sociais, estreitar relações com as comunidades e contribuir para caminhos de desenvolvimento que sejam mais inclusivos e sustentáveis.

## **2.1 Extensão Universitária**

A extensão universitária é um dos pilares das Instituições de Ensino Superior (IES), junto ao ensino e à pesquisa. Com origens nas universidades europeias do final do século XIX, com destaque para a Universidade de Cambridge, que em 1873 iniciou o movimento ao oferecer cursos em diferentes cidades da Inglaterra. Logo, outras instituições, como Oxford, também passaram a levar o conhecimento acadêmico para além dos muros universitários, alcançando comunidades que historicamente não tinham acesso à educação superior (Rodríguez-Gómez, 2022). Nos Estados Unidos, o conceito ganhou força com o Morrill Act de 1862, que criou as chamadas *Land Grant Universities*, universidades concebidas para difundir o ensino agrícola e técnico, ao mesmo tempo em que atendiam diretamente às demandas das comunidades locais, influenciando o modelo de extensão adotado em outros países (Kerr, 2001).

No Brasil, a extensão universitária começou a se desenvolver no início do século XX, acompanhando a própria criação do ensino superior no país. As primeiras iniciativas surgiram na Universidade de São Paulo, em 1911, e na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920, inspiradas pelos exemplos inglês e americano. Já nas décadas de

1950 e 1960, a União Nacional dos Estudantes (UNE) fomentou movimentos culturais e políticos que, apesar de relevantes, pouco contribuíram para consolidar a extensão como prática institucional (FORPROEX, 2012).

Diversas abordagens são adotadas, dependendo do contexto e das necessidades específicas. As ações de extensão podem ser classificadas em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações. Cada uma dessas categorias possui suas próprias características e finalidades específicas, visando integrar atividades de pesquisa e ensino com a comunidade. Programas são conjuntos de ações multidisciplinares, enquanto projetos possuem caráter educativo e cultural. Cursos, eventos, prestação de serviços e publicações também desempenham papéis importantes na disseminação do conhecimento e na interação entre a instituição e a sociedade (Leske e Pinto, 2022).

A extensão universitária no Brasil é guiada por um conjunto de políticas e diretrizes que asseguram sua qualidade e alinhamento aos objetivos educacionais e sociais do país. A principal base legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que estabelece a extensão como parte fundamental da formação superior, aberta à participação da sociedade e voltada à socialização do conhecimento produzido nas universidades (Brasil, 1996). De forma complementar, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reforça a necessidade de articular ensino, pesquisa e extensão para garantir a formação integral dos estudantes e produzir conhecimento socialmente relevante (Brasil, 2014).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) também exerce papel estratégico ao definir princípios e diretrizes por meio da Política Nacional de Extensão Universitária. Essa política destaca elementos como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o diálogo com a sociedade, a interdisciplinaridade e o reconhecimento dos saberes locais, além do impacto formativo e social das ações (FORPROEX, 2012).

Além dessas normativas nacionais, cada instituição define diretrizes próprias, adaptadas às suas realidades e comunidades. Dessa forma, ao articular diretrizes nacionais com as especificidades institucionais, as universidades garantem que suas práticas extensionistas contribuam para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento das comunidades onde atuam.

## **2.2 Inovação Social na Extensão Universitária**

A integração entre inovação social e extensão universitária representa uma abordagem que busca unir o conhecimento e os recursos acadêmicos com iniciativas que promovem mudanças positivas e sustentáveis nas comunidades. Conforme apresentado anteriormente, a inovação social refere-se ao desenvolvimento de soluções criativas e eficazes para problemas sociais, enquanto a extensão universitária é o processo pelo qual as universidades aplicam e compartilham seu conhecimento e habilidades com a sociedade. Ao combinar esses dois aspectos, é possível abordar desafios complexos de forma mais estruturada e colaborativa, considerando tanto o contexto acadêmico quanto as necessidades reais da comunidade. Essa integração cria um impacto multidimensional, pois envolve não só o desenvolvimento de novas práticas, mas também a capacitação da comunidade, a formação de redes de cooperação e o estímulo ao desenvolvimento local, contribuindo para transformações sociais que sejam duradouras e abrangentes.

As universidades desempenham um papel fundamental na promoção da inovação social, especialmente em comunidades marginalizadas. E, a extensão universitária deve ser entendida como um processo de cocriação, no qual recursos acadêmicos se entrelaçam com o conhecimento local, gerando soluções inovadoras e sustentáveis. Este modelo colaborativo permite que a universidade contribua de forma ativa para a superação de problemas sociais complexos, mobilizando recursos e competências diversas (Benneworth, 2013 apud Klaumann;

Tatsch, 2023). Godin (2015), por sua vez, oferece uma visão mais ampla da inovação social, enfatizando seu caráter emancipatório. Ele sustenta que a inovação social não só aborda problemas imediatos, mas também fortalece as capacidades e a resiliência das comunidades envolvidas, posicionando a universidade como facilitadora de processos colaborativos de longo prazo. Essa perspectiva é particularmente valiosa no âmbito da extensão universitária, pois promove uma relação de simbiose entre universidade e comunidade, incentivando o desenvolvimento de soluções autônomas e sustentáveis.

Complementando essas abordagens, uma revisão sistemática realizada por Bayuo, Chaminade e Göransson (2021) reforça a importância de uma perspectiva sistêmica na inovação social aplicada ao contexto universitário. Os autores destacam que as universidades devem manter um engajamento contínuo com as comunidades, abordando a inovação social como um processo dinâmico e evolutivo. Esse entendimento é fundamental para o desenvolvimento de práticas de extensão que não apenas respondam a demandas emergentes, mas também promovam mudanças estruturais duradouras e inclusivas.

Assim, a inovação social e a extensão universitária, quando articuladas de maneira estratégica, não apenas ampliam o impacto das ações acadêmicas na sociedade, mas também fortalecem a capacidade das comunidades de responderem aos seus próprios desafios. Esse processo colaborativo promove transformações e cria um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às demandas sociais de forma estruturada e duradoura.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Adotou-se uma abordagem qualitativa, que aprofunda a compreensão das percepções, experiências e interações dos participantes, permitindo explorar o universo simbólico e o contexto em que estão inseridos (Minayo, 2006). Configura-se como pesquisa descritiva, voltada a observar, registrar e descrever fatos e características de uma realidade específica, sendo adequada para pesquisas que pretendem explorar as características e os impactos de uma prática específica em um contexto delimitado (Triviños, 1987).

A pesquisa foi realizada na Universidade Feevale, uma instituição comunitária sem fins lucrativos localizada na cidade de Novo Hamburgo (RS), reconhecida pela integração entre ensino, pesquisa e extensão e por projetos que visam o desenvolvimento local, inovação e responsabilidade social (Universidade Feevale, 2024). Dentre seus 34 projetos sociais, esta pesquisa analisou o projeto de Confeitaria e Panificação, escolhido pelo seu alinhamento ao empreendedorismo, impacto comunitário e adesão dos participantes. Este projeto visa capacitar jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo competências técnicas e empreendedoras para inserção no mercado ou geração de renda própria, além de promover cidadania e inclusão. Entre 2022 e 2024, beneficiou 245 pessoas, com apoio de 4 docentes, 54 discentes e parcerias com 17 instituições e 2 empresas.

Foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de captar percepções e vivências dos participantes, além de documentos - relatórios, registros e materiais institucionais, com informações contextuais sobre o histórico, objetivos e resultados do projeto. As entrevistas incluíram docentes, discentes e membros da comunidade beneficiada, e representantes de instituições parceiras, possibilitando visões diversas sobre o projeto (Quadro 1). Todas foram conduzidas entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, presencialmente e via Teams, com duração média de uma hora.

**Quadro 1 – Perfil dos entrevistados**

Entrevistados	Identificação	Perfil
Docentes	Entrevistado 01	Coordenadora do Projeto
	Entrevistado 02	Docente do Curso de Gastronomia
	Entrevistado 03	
Discentes	Entrevistado 04	Graduada do Curso de Gastronomia
	Entrevistado 05	Graduada do Curso de Nutrição
	Entrevistado 06	Graduado do Curso de Gastronomia
Comunidade: Representantes de Instituições	Entrevistado 07	Representante da APAE de Ivoti/RS
	Entrevistado 08	Representante da AEVAS
	Entrevistado 09	Representante da AMO, de Novo Hamburgo/RS
Participantes do Projeto	Entrevistado 10	Beneficiada pela APAE da cidade de Ivoti/RS
	Entrevistado 11	Beneficiado pelo Desafio Resgate Jovem, de Novo Hamburgo/RS

O roteiro das entrevistas foi construído a partir dos objetivos da pesquisa e organizado em torno de três categorias principais: Inovação Social, Impactos e Benefícios e Experiência com Projetos (Quadro 2), as quais contemplam temas como estratégias, sustentabilidade, transformação social e a relação entre universidade e comunidade. Foram definidas a partir da revisão teórica e do alinhamento com os propósitos do estudo.

**Quadro 2 – Categorias e subcategorias de pesquisa**

Categoria	Descrição	Subcategorias	Autores
Inovação Social	Busca entender como projetos de extensão universitária promovem soluções inovadoras para desafios sociais, considerando planejamento estratégico, superação de obstáculos, viabilidade a longo prazo e a participação de diferentes atores.	Estratégias de Implementação, Barreiras e Facilitadores, Sustentabilidade das Inovações, Inclusão de Stakeholders	Murray, Gaulier-Grice e Mulgan (2010); Mulgan (2006); Cajaiba-Santana (2014); Moulart, MacCallum e Hillier (2013); Kania e Kramer (2011); Ravuo, Chapatcade e Gorassoua (2021); Corvo, Mendes e Silva (2021); Cunha (2020); Ferreira (2018); Monteiro (2019); Andion, Alperstedt e Graedd (2020).
Impactos e Benefícios	Analisa as transformações geradas pelo projeto na vida dos participantes, na formação acadêmica, na inclusão social e na economia, avaliando mudanças em nível pessoal e social.	Reflexos nas Condições de Vida, Impactos na Formação Acadêmica, Desenvolvimento Social e Inclusivo, Avaliação de Impacto Social	Cajaiba-Santana (2014); Biazetti (2011); Phillis, Deiglmeier e Miller (2008); Westley et al. (2013); Leadebeater (2001); Corvo, Mendes e Silva (2021); Freire (1991); FORPROEX (2012); Ferreira et al. (2021); Sampaio et al. (2018).
Experiência com Projetos	Explora a vivência dos participantes no projeto, destacando a relação entre universidade e comunidade, o desenvolvimento de competências, a aplicação prática do conhecimento acadêmico e a troca de saberes por meio do	Interação Universidade-Comunidade, Desenvolvimento de Competências, Aplicação de Conhecimento Teórico, Aprendizagem Ativa, Engajamento Comunitário e	Freire (2005); Biazetti (2011); Cajaiba-Santana (2014); FORPROEX (2012); Santana et al. (2021); Sampaio et al. (2018); USP (2011); Schuh e Hoffmann (2021); Moulart, MacCallum e Hillier (2013).

	aprendizado colaborativo e participativo.	Cocriação de Soluções	
--	---	-----------------------	--

Para tratar os dados, utilizou-se a análise de conteúdo seguindo Bardin (2011): (i) pré-análise, com leitura exploratória e identificação de temas centrais; (ii) exploração e codificação manual dos dados no Excel, organizando o conteúdo com base nas categorias definidas; e (iii) tratamento e interpretação, relacionando os achados ao referencial teórico, o que possibilitou compreender padrões e significados presentes nas narrativas.

#### 4. Resultados

A análise do projeto Confeitaria e Panificação: Qualificação para o Mercado de Trabalho possibilitou compreender como os princípios da inovação social se manifestam em sua estrutura e práticas, considerando este tipo de inovação como aquela que envolve a criação de soluções novas e eficazes para desafios sociais, gerando impactos positivos e sustentáveis nas comunidades (Murray, Caulier-Grice e Mulgan, 2010).

Partindo da necessidade de um planejamento estratégico, engajamento dos stakeholders e capacidade de adaptação (Moulaert et al., 2013; Almeida e Souza, 2023), o projeto analisado reflete esses elementos, ao adotar estratégias flexíveis, superar barreiras, garantir sustentabilidade e incluir diferentes atores sociais. Para aprofundar essa análise, foram consideradas quatro dimensões: estratégias de implementação, desafios e facilitadores, sustentabilidade e participação dos stakeholders.

A urgência em qualificar profissionalmente a comunidade levou a uma rápida implementação. O projeto foi planejado em cerca de duas semanas, o que evidencia um aspecto central da inovação social, conforme discutido por Moulaert et al. (2013), que destacam que soluções sociais inovadoras surgem da necessidade de responder rapidamente a desafios.

Outra característica foi a flexibilidade na realização das oficinas com os participantes, que ocorrem tanto na universidade quanto em sedes de instituições parceiras, modelo alinhado com os princípios da cogestão social (Kania e Kramer, 2011). Esse formato permite aproveitar melhor os recursos disponíveis, já que as instituições parceiras cedem espaço e infraestrutura, além de ampliar o alcance do projeto ao levar as oficinas para diferentes locais. Por outro lado, essa descentralização exige atenção para manter a qualidade das atividades e garantir que os espaços externos estejam preparados para receber as oficinas.

O projeto ainda se destaca por sua continuidade, novas turmas são formadas a cada semestre, aumentando o número de beneficiados e garantindo impacto social progressivo (Corvo, Mendes e Silva, 2021; Cunha, 2020). Conta com um modelo pedagógico estruturado, que combina teoria e prática ao longo das oficinas, onde, cada participante do projeto integra um ciclo composto por dez oficinas consecutivas, nas quais são trabalhados tanto os aspectos teóricos quanto práticos. A combinação desses elementos permite um aprendizado mais significativo, pois os participantes não apenas memorizam receitas, mas compreendem os processos envolvidos na panificação e confeitaria. Essa abordagem está alinhada à necessidade de integrar conhecimento técnico e aplicação prática no ensino extensionista, o que fortalece a autonomia dos participantes e melhora os resultados da capacitação. Além disso, a realização de um diagnóstico inicial para personalizar a abordagem didática contribui para que cada aluno receba uma formação mais adequada ao seu nível de conhecimento.

Um aspecto inovador foi a inclusão de um concurso gastronômico, como forma de estimular protagonismo e engajamento. Essa abordagem está alinhada à visão de Bayuo, Chaminade e Göransson (2021), que enfatizam a necessidade de interatividade e participação contínua na inovação social. Esse tipo de atividade, contudo, exige atenção para garantir condições equitativas a todos os participantes cuja seleção acontece em parceria com as

instituições locais, priorizando aqueles que demonstram interesse e comprometimento, o que reforça o engajamento e potencializa o impacto social. Assim, as estratégias de implementação do projeto vão além da simples execução de atividades, envolvendo um processo contínuo de adaptação e colaboração, o que nos leva a discutir as barreiras e facilitadores.

Projetos de inovação social costumam enfrentar desafios estruturais, financeiros e logísticos, mas também contam com fatores que favorecem sua execução e continuidade. A literatura aponta que captar recursos, adaptar conteúdos ao público e gerir parcerias são obstáculos recorrentes nessas iniciativas (Monteiro, 2019). Por outro lado, a colaboração entre universidades, empresas e organizações sociais pode ser determinante para viabilizar e fortalecer esses projetos (Ferreira, 2018).

No caso do projeto analisado, um dos principais desafios foi adaptar o conteúdo às condições socioeconômicas dos participantes, especialmente quanto ao custo de ingredientes, buscando sempre garantir que pudessem reproduzir as receitas e comercializá-las. Isto remete à importância de levar em consideração as condições socioculturais e econômicas do público-alvo, garantindo que as soluções sejam adaptáveis e sustentáveis a longo prazo (Moulaert, MacCallum e Hillier, 2013).

A infraestrutura é um recurso essencial para a inovação social, pois influencia diretamente sua sustentabilidade e capacidade de impacto (Monteiro, 2019) e a disponibilidade de instalações adequadas é fundamental para o sucesso das iniciativas sociais (Andion, Alperstedt e Graedd, 2020). Mas, a infraestrutura limitada foi justamente outro desafio enfrentado. Muitas oficinas ocorreram em espaços improvisados, com restrições elétricas e equipamentos insuficientes, o que demandou constantes adaptações.

Os desafios logísticos também podem comprometer o alcance e impacto (Monteiro, 2019) da inovação social. No projeto analisado, o transporte dos participantes até a universidade se revelou um fator desafiador para a adesão. Em contrapartida, parcerias estratégicas foram fundamentais para sustentar o projeto, mostrando que a colaboração entre setores distintos, como universidades e empresas privadas, pode impulsionar o sucesso de iniciativas de inovação social ao fornecer suporte financeiro e técnico (Ferreira, 2018).

Empresas locais colaboraram com doação de insumos e suporte financeiro, reduzindo custos, a própria universidade exerceu papel essencial ao fornecer infraestrutura, recursos, bolsas para estudantes e profissionais qualificados, demonstrando um compromisso institucional que vai além dos muros do campus, alinhando-se à proposta de universidade comunitária defendida pelo FORPROEX (2012), que orienta as instituições a reinvestirem seus recursos no desenvolvimento local e em projetos sustentáveis de impacto social.

Assim, apesar das barreiras, o fortalecimento das redes de colaboração e o alinhamento entre planejamento, apoio institucional e engajamento comunitário são fatores decisivos para a viabilização e o sucesso de iniciativas de inovação social, o que se conecta diretamente com a sustentabilidade das inovações.

A sustentabilidade de projetos de inovação social vai além da simples continuidade das atividades. Depende da capacidade de adaptação, da resiliência em contextos adversos, da possibilidade de replicação e de estratégias financeiras (Monteiro, 2019; Cajaiba-Santana, 2014). O projeto Confeitaria e Panificação ilustra bem essas dimensões. Mesmo diante de desafios como a pandemia e as enchentes ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul, manteve suas ações sem interrupções, evidenciando sua resiliência. Outro ponto importante é que o projeto mostrou ser capaz de se moldar a diferentes contextos. Conseguiu oferecer atividades online, realizar oficinas diretamente nas comunidades e, em situações que exigiram ajustes, trazer os participantes para a própria universidade, utilizando seus espaços e recursos.

A formação de multiplicadores é também um fator fundamental. Ao qualificar voluntários e ex-participantes para atuarem como instrutores, o projeto fortalece a autonomia das comunidades atendidas, criando condições para que as ações continuem de forma

independente. Isso está alinhado com Almeida e Souza (2023), que destacam a importância do empoderamento local para a sustentabilidade da iniciativa.

No aspecto financeiro, as comunidades podem, após o encerramento do projeto, buscar parcerias e editais para viabilizar a continuidade das atividades. Um exemplo disso é o caso da APAE de Ivoti que, com o apoio e a orientação do projeto, conseguiu acessar recursos e replicar as oficinas de forma autônoma, fortalecendo a sustentabilidade do projeto. Dessa forma, a experiência mostra que a sustentabilidade depende da combinação entre flexibilidade metodológica, redes colaborativas, formação de lideranças locais e estratégias financeiras diversificadas, o que reforça a importância da inclusão de stakeholders.

Os resultados indicam que a participação de diferentes atores, como, instituições sociais, empresas, governo e a própria comunidade, foi essencial para a execução e desdobramentos do projeto. Como apontam Cajaiba-Santana (2014) e Monteiro (2019), a inovação social não ocorre isoladamente, mas depende de redes colaborativas que integram múltiplos interesses e saberes. Desde o início, o projeto envolveu instituições sociais e organizações comunitárias para identificar e selecionar participantes. Essas entidades conhecem de perto as demandas locais e garantem que o projeto chegue a quem mais precisa. Atualmente, cerca de 17 instituições participam do projeto, ajudando a definir e distribuir vagas a cada semestre em reuniões conjuntas.

Além de instituições sociais, o setor privado também exerce papel fundamental, oferecendo insumos e apoio financeiro que viabilizam o projeto. Empresas parceiras, por exemplo, doaram farinha e recheios para as oficinas, além de se envolverem ativamente em eventos como o concurso gastronômico. Esse tipo de colaboração não só reduz custos como cria um ecossistema favorável à inovação social, aproximando o mercado das iniciativas comunitárias. Esse ecossistema colaborativo foi determinante para consolidar e dar continuidade ao projeto.

#### **4.1 Sobre transformações**

Percebeu-se melhorias nas condições econômicas, sociais e pessoais dos participantes, promovendo autonomia financeira e transformação de suas realidades. O projeto possibilitou que pessoas em situação de vulnerabilidade ampliem suas oportunidades de inserção produtiva. Relatos dos entrevistados destacam a alta demanda por qualificação devido ao desemprego e à falta de mão de obra especializada. O foco era justamente ajudar essas pessoas a aprender uma profissão para que pudessem gerar renda e melhorar suas condições de vida. Além da parte técnica, o projeto também incentivou o empreendedorismo, e assim vários participantes conseguiram abrir seu próprio negócio ou melhorar o que já faziam, aumentando a renda e trazendo benefício para a comunidade ao redor.

Exemplos incluem um participante que, após o projeto, começou a produzir cucas para vender, outra que aprimorou suas receitas de pães, aumentando sua capacidade produtiva e a renda familiar; e outro que já vendia salgados de forma autônoma e, com o curso, aprimorou suas habilidades e hoje está empregado como cozinheiro em um restaurante local. Outro participante encontrou o nicho de mercado em sua própria comunidade, produzindo doces e salgados para eventos locais. Esses relatos mostram como a qualificação pode transformar trajetórias profissionais e abrir novas oportunidades.

Mas os benefícios não se restringem apenas aos participantes do projeto. O impacto também se estendeu à formação acadêmica dos alunos envolvidos, que vivenciaram experiências práticas e construíram vínculos diretos com a comunidade. Ao todo, 426 estudantes foram beneficiados, o que reforça a importância dessa vivência para ampliar o sentimento de pertencimento à universidade e dar sentido à prática profissional. Como comentou E2, a postura dos alunos mudou, eles se sentem parte ativa, não só estudantes, mas

participantes que geram impacto real na comunidade. Esse sentimento fortalece o vínculo deles com a universidade e aumenta o engajamento.

Uma das contribuições mais marcantes foi o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e de liderança. Os alunos não só aprendem, mas também ensinam, assumindo papel ativo no processo, o que fortalece competências como comunicação, empatia e responsabilidade. Essa experiência vai além da sala de aula tradicional e ajuda no crescimento pessoal e profissional dos estudantes.

Para a coordenadora do projeto, uma das estratégias mais ricas foi a de permitir que os alunos evoluíssem de forma gradual em suas responsabilidades, assumindo papéis de liderança à medida que ganhavam confiança. As oficinas eram sempre ministradas pelos alunos, não pelos professores, e havia um cuidado em identificar quem já estava pronto para liderar. Os que estavam no início do curso começavam ajudando, até que, ao longo do tempo, assumiam o comando das atividades.

Além disso, o projeto auxiliou alunos a superar dificuldades pessoais, como timidez e insegurança, fazendo com que ganhassem confiança ao ministrar aulas e liderar turmas. Outra mudança importante foi a descoberta ou reafirmação de vocações. Um aluno relatou que entrou no curso sem direção clara, mas ao participar do projeto despertou interesse profundo na panificação, área em que hoje se dedica profissionalmente (E3, E5).

Outro ponto relevante foi o envolvimento direto dos estudantes, que participaram não só das ações práticas, mas também das reuniões com instituições parceiras, entendendo o projeto desde a concepção até os resultados. Esse contato ampliou a formação acadêmica e cidadã dos alunos, permitindo que vivenciassem de perto os desafios sociais e desenvolvessem habilidades como empatia, adaptação e trabalho coletivo.

Além das competências técnicas, o projeto foi cuidadosamente orientado para desenvolver aspectos humanos. Empatia, respeito e responsabilidade social foram trabalhados. Como explicou um dos estudantes entrevistado, havia um esforço constante para cultivar esses valores, reforçando a importância do comprometimento ético com a comunidade. Ao planejar as oficinas, muitas vezes percebiam que receitas pensadas para cozinhas equipadas precisavam ser ajustadas para espaços com um forno doméstico simples ou mesmo a ausência de equipamentos e insumos básicos. Esse contraste entre o ambiente acadêmico e a realidade das cozinhas comunitárias proporcionou um aprendizado mais flexível e próximo da vida real, mostrando que nem sempre o que se ensina nos laboratórios universitários se aplica da mesma forma em contextos socioeconômicos diversos.

A adaptação das metodologias às necessidades específicas desses públicos e o ambiente afetivo criado nas oficinas mostraram a potência da extensão universitária como prática inclusiva, que vai muito além do ensino técnico. Assim, o projeto teve impacto importante em várias camadas da sociedade, promovendo inclusão, equidade e o fortalecimento das comunidades. Atendendo a públicos diversos, como pessoas com deficiência, dependentes químicos, ex-presidiários, mães solo e pessoas de baixa renda. Os desafios de cada grupo exigiram adaptações nas metodologias e um olhar flexível para garantir que a inclusão fosse prática, não só teoria. Por exemplo, ensinar pessoas com deficiência visual a fazer pães foi um desafio que gerou aprendizado mútuo entre participantes e equipe. Esse esforço reforça o papel da extensão universitária como um espaço acessível e inclusivo (E1).

Os relatos também mostraram como o projeto incentivou professores e alunos a traduzirem conceitos técnicos para uma linguagem acessível, garantindo que o conhecimento fosse compreendido e útil para todos (E7). O mesmo entrevistado ressaltou o esforço coletivo para simplificar termos sem perder o rigor científico, tornando o ensino mais inclusivo e valorizando a sabedoria compartilhada. Também foi perceptível a preocupação com as condições básicas dos beneficiários. Muitas famílias enfrentam fome e dificuldades que

prejudicam a concentração nas atividades. Para melhorar o acolhimento, o projeto passou a oferecer café e biscoitos, garantindo melhores condições para o aprendizado (E1).

A convivência entre pessoas de realidades distintas, como mães cuidando de filhos com câncer, dependentes químicos em reabilitação e ex-presidiários, também enriqueceu o ambiente de aprendizado, promovendo troca e respeito à diversidade. Para além do aprendizado técnico, o projeto criou um ambiente de convivência caloroso e afetivo. Como descreveu um entrevistado, “formamos uma grande família: rimos muito, conversamos e aprendemos juntos” (E1). Outro complementa dizendo que as interações iam muito além das receitas, pois os participantes dividiam histórias pessoais, falavam sobre problemas do bairro e desafios do dia a dia. Essa troca intensa fortaleceu os laços entre universidade e comunidade (E4).

“Aqui, a extensão não é de faz de conta. É real. Professores e alunos precisam se engajar de verdade, interagir com a comunidade” (E2). Já outro entrevistado destacou como essa troca é benéfica para todos: “a universidade tem os equipamentos, recursos e o conhecimento; a comunidade traz as demandas e necessidades reais. Isso é o que torna o projeto tão importante” (E4). Outro destaque foi o impacto na autonomia econômica das mulheres, que conquistaram independência financeira e mais equilíbrio familiar. Para muitas mães solo, o projeto representou uma chance de mudar sua realidade, reduzindo a dependência do parceiro e alcançando realização pessoal.

Contudo, talvez o impacto mais expressivo tenha sido na autoestima dos beneficiários. O maior desafio do projeto não estava nas técnicas culinárias, mas em ajudar as mulheres atendidas a perceberem seu próprio valor. Muitas vinham de realidades duras, com baixa autoconfiança e pouca percepção do potencial transformador do que estavam aprendendo. O trabalho, portanto, foi muito além de ensinar receitas; envolveu reconstruir a autoconfiança, mostrando que eram capazes e que o conhecimento adquirido poderia, de fato, mudar suas vidas (E4). Um dos entrevistados (E3) resumiu bem esse ponto ao dizer que, acima de renda ou emprego, o projeto resgatou dignidade e ofereceu uma nova perspectiva de vida, algo precioso e muitas vezes escasso no contexto social atual.

O projeto mostrou que iniciativas como essa não só capacitam tecnicamente, mas também promovem um processo profundo de valorização pessoal e empoderamento. Foi possível observar a superação de barreiras emocionais, o surgimento de novos planos profissionais e uma transformação na forma como cada participante passou a se enxergar.

Com tantos impactos gerados, torna-se fundamental avaliar esses resultados para entender a real dimensão das mudanças promovidas e garantir que as iniciativas continuem evoluindo. Como destacam Corvo, Mendes e Silva (2021), existem diversos modelos diferentes para avaliação de impacto social, que combinam métodos qualitativos e quantitativos. No projeto esse monitoramento envolve desde indicadores formais, como taxa de empregabilidade e geração de renda, até estratégias qualitativas, como relatos de transformação pessoal e a própria cerimônia de formatura.

A formatura é um dos momentos mais simbólicos. Ao final do projeto, quem atinge pelo menos 70% de frequência recebe um certificado de 30 horas, em uma cerimônia semelhante à de graduação, com presença do reitor, pró-reitor e representantes das instituições parceiras. Para além do diploma, esse momento reforça o reconhecimento e a valorização dos participantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e mostrando o impacto que o projeto tem em suas vidas (E1).

Além disso, a equipe do projeto trabalha com metas. Um objetivo importante é que pelo menos 25% dos participantes consigam emprego formal ou passem a gerar renda por conta própria após o curso. Para acompanhar isso, seis meses depois da conclusão é feito um monitoramento por meio de contato direto. Segundo dados mais recentes, cerca de 17% dos participantes já tinham se inserido no mercado, seja por meio do empreendedorismo ou de um emprego formal.

Dentro da universidade, o projeto é bem visto justamente porque apresenta indicadores claros e resultados concretos. A seriedade com que é conduzido faz toda a diferença: “eles funcionam porque são feitos com responsabilidade e geram impactos visíveis, tanto para a comunidade quanto para quem participa” (E2).

Mas, mensurar impacto em inovação social também tem seus desafios. No caso do projeto, é difícil rastrear o efeito total, principalmente quando o conhecimento é levado adiante por multiplicadores e instituições parceiras. Cada instituição é responsável por suas próprias turmas e beneficiários, o que torna inviável ter um controle completo dos resultados.

Por isso, o modelo adotado busca integrar métodos híbridos, unindo dados quantitativos (como número de certificados e inserção no mercado) a indicadores qualitativos, como histórias de superação e feedbacks dos participantes. Esse tipo de abordagem dialoga com o que defendem Perrini et al. (2021) sobre a necessidade de avaliações mistas para captar a complexidade dos projetos de inovação social. Assim, a avaliação de impacto social do projeto Confeitaria e Panificação mostra a importância de equilibrar números com histórias reais. O Quadro 3 resume os principais resultados apresentados ao longo desta seção.

**Quadro 3 – Síntese dos Resultados do Projeto Confeitaria e Panificação à luz da Inovação Social**

<b>Dimensão de Análise</b>	<b>Principais Evidências</b>	<b>Relação com a Inovação Social</b>
Estratégias de Implementação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação ágil diante da urgência social</li> <li>- Oficinas flexíveis em múltiplos espaços</li> <li>- Concurso gastronômico como estímulo ao protagonismo</li> <li>- Diagnóstico inicial para personalização da aprendizagem</li> </ul>	Resposta rápida a desafios sociais (Moulaert et al., 2013); Cogestão e flexibilidade (Kania e Kramer, 2011); Engajamento ativo (Bayuo et al., 2021)
Desafios e Facilitadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Barreiras: infraestrutura precária, logística de transporte, custo dos ingredientes</li> <li>- Facilitadores: parcerias intersetoriais, apoio institucional, adaptação metodológica</li> </ul>	Sustentação por redes colaborativas (Ferreira, 2018); Adaptação às realidades locais (Monteiro, 2019; Moulaert et al., 2013)
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade sem interrupções, mesmo em crises</li> <li>- Formação de multiplicadores e replicação local (ex: APAE de Ivoti)</li> <li>- Estratégias de financiamento diversificadas</li> </ul>	Sustentabilidade multidimensional (Cajaiba-Santana, 2014); Empoderamento e resiliência comunitária (Almeida e Souza, 2023)
Participação dos Stakeholders	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento de +17 instituições sociais</li> <li>- Apoio de empresas locais com insumos e financiamento</li> <li>- Engajamento comunitário na definição de vagas e execução</li> </ul>	Inovação social como processo colaborativo e multissetorial (Cajaiba-Santana, 2014; Monteiro, 2019)
Transformações Observadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da renda e inserção produtiva</li> <li>- Desenvolvimento pessoal: autoestima, confiança, liderança</li> <li>- Impactos na formação acadêmica de estudantes envolvidos (prática, cidadania, empatia)</li> <li>- Inclusão de públicos diversos e adaptação metodológica (PcDs, ex-presidiários, mães solo etc.)</li> </ul>	Valorização humana, inclusão, equidade e empoderamento local como pilares da inovação social com impacto transformador
Avaliação de Impacto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores quantitativos: frequência, certificação, geração de renda</li> <li>- Indicadores qualitativos: relatos de superação, mudança de vida, <i>feedbacks</i></li> <li>- Cerimônia de formatura como</li> </ul>	Avaliação mista como estratégia para captar a complexidade dos impactos sociais (Perrini et al., 2021)

	reconhecimento simbólico - Monitoramento pós-projeto (17% inseridos no mercado)	
--	---	--

### Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a inovação social aplicada à extensão universitária não se limita à oferta de capacitação profissional, mas envolve um processo mais amplo de empoderamento, inclusão e transformação social. A interação entre docentes, discentes e comunidade permitiu não apenas uma transmissão de conhecimentos técnicos, mas também a construção coletiva de soluções, fortalecendo a autonomia dos beneficiários e ampliando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e renda. Percebeu-se que a participação da universidade como mediadora do processo é essencial para garantir que essas iniciativas sejam planejadas de forma estratégica e sustentáveis em longo prazo.

A pesquisa também revelou que o engajamento da comunidade e a inclusão ativa dos beneficiários no planejamento e execução das atividades foram fatores determinantes para o sucesso do projeto, garantindo que as soluções propostas fossem aderentes às necessidades reais dos participantes.

Do ponto de vista acadêmico, a contribuição está em aprofundar a relação entre inovação social e extensão universitária, demonstrando que a universidade pode desempenhar um papel ativo na transformação social ao articular ensino, pesquisa e extensão de maneira integrada. No campo prático, os achados oferecem diretrizes para gestores acadêmicos e coordenadores de projetos, auxiliando na estruturação de iniciativas de inovação social de maneira mais estratégica e sustentável. A pesquisa também sugere que as universidades devem fortalecer seu papel na formulação de Programas institucionais voltadas para a promoção da inovação social, buscando ampliar o apoio institucional e incentivar a criação de novas iniciativas que impactem diretamente as comunidades atendidas.

Apesar da especificidade do projeto analisado, os insights obtidos podem servir de base para outras universidades que buscam aprimorar suas práticas extensionistas. Para aprofundar esse debate, futuras pesquisas poderiam realizar estudos comparativos entre diferentes projetos de extensão, investigando fatores que contribuem para a sua sustentabilidade e replicabilidade.

Por fim, os resultados demonstram que a inovação social, quando integrada à extensão, representa um mecanismo de transformação. Projetos como o analisado não apenas capacitam indivíduos para o mercado de trabalho, mas também promovem inclusão, fortalecem vínculos comunitários e impulsionam o desenvolvimento social. Nesse sentido, reafirma-se o compromisso das universidades em atuar como agentes ativos na construção de uma sociedade mais equitativa, sustentável e inovadora.

Como perspectiva futura, recomenda-se que as universidades continuem aprimorando suas práticas extensionistas voltadas à inovação social, com estratégias para avaliar os impactos e ampliar o alcance desses projetos. Ao "fazer o bem, olhando para quem", as universidades não apenas cumprem sua função educacional, mas consolidam-se como espaços de cocriação e impacto real na vida das pessoas.

### Referências

Almeida, L., & Souza, R. (2023). *Capacitação e empoderamento em comunidades: metodologias aplicadas*. Editora UFRGS.

Andion, C., Alperstedt, E., & Graedd, G. (2020). Recursos e infraestrutura em ecossistemas de inovação social. *Revista de Estudos Sociais*, 22(2), 88–107.

Andrade, A. G. de, Amorim, F. R. de, & Reis, N. F. dos. (2021). Cenários prospectivos para a inovação social. *Research, Society and Development*, 10(5), e35810515111.

Aroni, A. (2017). 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. *Revista Brasileira de História da Educação*, 17(3), 235–259.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bayuo, B., Chaminade, C., & Göransson, B. (2021). Universities and social innovation for global sustainable development: Towards a conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 173, 121089. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121089>

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, seção 1.

FORPROEX. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42–51. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>

Corvo, L., Mendes, J. F. G., & Silva, R. M. (2021). Avaliação de impacto social: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração de Empresas*, 61(1), 1–14. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210103>

Cuntz, A., Foray, D., & Mostovova, E. (2020). On the economics of social innovation: A conceptual framework and its policy implications. *Innovation*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/14479338.2020.1841817>

Ferreira, J. C. (2018). Parcerias e redes no desenvolvimento de políticas sociais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 8(3), 456–474.

Godin, B. (2015). *Innovation contested: The idea of innovation over the centuries*. Routledge.

Kania, J., & Kramer, M. (2011). Collective impact. *Stanford Social Innovation Review*, 9(1), 36–41.

Kerr, C. (2001). *The uses of the university* (5th ed.). Harvard University Press.

Klaumann, A. P., & Tatsch, A. L. (2023). A extensão universitária como um caminho para a inovação social: Análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Inovação*, 22.

Koglin, T. S. S. da, & Koglin, J. C. O. (2019). A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 10(2), 71–78.

Leske, D., & Pinto, M. M. (2022). *Extensão universitária: Conceitos e práticas*. Editora da UFRGS.

Lettice, F., & Parekh, M. (2010). The social innovation process: Themes, challenges and implications for practice. *International Journal of Technology Management*, 51(1), 139–158. <https://doi.org/10.1504/IJTM.2010.033133>

Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (9ª ed.). Hucitec.

- Monteiro, A. (2019). Medindo o impacto social das iniciativas comunitárias. *Revista de Estudos Sociais*, 41(1), 56–75.
- Moulaert, F., MacCallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: Intuition, precept, concept, theory and practice. In F. Moulaert et al. (Eds.), *The international handbook on social innovation* (pp. 13–24). Edward Elgar Publishing.
- Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, 1(2), 145–162.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. NESTA.
- Nicholls, A., & Murdock, A. (2012). The nature of social innovation. In A. Nicholls & A. Murdock (Eds.), *Social innovation* (pp. 1–30). Palgrave Macmillan.
- Pazetto, A. Z., Nunes, N. A., Gonçalves, G. L., & Menezes, S. B. (2022). Abordando o espectro da inovação social: uma discussão teórico-conceitual. *Revista de Ciências da Administração*, 24(63).
- Perrini, F., Costanzo, L. A., & Karatas-Ozkan, M. (2021). Measuring impact and creating change: A comparison of the main methods for social enterprises. *Corporate Governance*, 21(2), 237–251. <https://doi.org/10.1108/CG-06-2019-0205>
- Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34–43.
- Prim, M. A., Aguiar, R. R. S., & Dandolini, G. A. (2020). Inovação social: Diferentes perspectivas para um mesmo conceito. *Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciKi*, 1(1).
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.